PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPB04 - Assistência Técnica de Fiscalização

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.

2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.

3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.

4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.

5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.

6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	**Função Pleiteada:**

1-	**2-**	**3-**	**4-**	**5-**	**6-**	**7-**
8-	**9-**	**10-**	**11-**	**12-**	**13-**	**14-**
15-	**16-**	**17-**	**18-**	**19-**	**20-**	**21-**
22-	**23-**	**24-**	**25-**			

1) Acerca do conceito de concessão de uso, assinale a alternativa <u>correta</u>:

a) é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
b) é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.
c) é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.
d) é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.
e) é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.

2) O ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público é conceito da:

a) autorização de uso.
b) concessão de uso.
c) permissão de uso.
d) concordância de uso.
e) consentimento de uso.

3) São exemplos de permissão de uso:

a) bares e restaurantes em edifícios ou logradouros públicos.
b) retirada de água em fontes não abertas ao uso comum do povo.
c) uso remunerado de um hotel municipal.
d) banca de jornais, vestiários em praias.
e) ocupação de terrenos baldios.

4) De acordo com a Lei 12.236/2015, que dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Londrina, assinale a alternativa que não foi estabelecida como categoria de uso:

a) comercial.
b) estatal.
c) institucional.
d) industrial.
e) residencial.

5) Segundo a Lei 12.236/2015, a categoria de uso comercial compreende:

I. Comércio local.
II. Comércio industrial.
III. Comércio em geral.
IV. Comércio atacadista.
V. Comércio de serviços.

Assinale a opção <u>correta</u>:

a) somente I, III e IV estão corretas.
b) somente I, II e III estão corretas.
c) somente I e II estão corretas.
d) somente II e V estão corretas.
e) todas estão corretas.

6) Assinale a alternativa <u>incorreta</u>:

a) a Zona Comercial destina-se, exclusivamente, às atividades comerciais.
b) São estabelecidas sete zonas comerciais, diferenciadas pela especialização e localização.
c) os estabelecimentos comerciais contidos na listagem do Anexo II da Lei 12.236/2015 foram classificados tomando-se como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Fiscal (CNAE - Fiscal) atendendo-se aos aspectos ambientais, à economia regional, à infra-estrutura de transportes e de saneamento e aos padrões urbanísticos.
d) zona Comercial 4 (ZC-4): visa estimular a concentração de comércio local, não incômodo destinado ao atendimento dos moradores do entorno.
e) zona Comercial 5 (ZC-5): visa estimular a concentração de comércio de grande porte e de serviços de interesse regional, principalmente ao longo das rodovias.

7) Com base na Lei de Uso e Ocupação do Solo, a atividade Comercial em Zonas Residenciais está sujeita à condição

hierárquica da via para qual o lote está voltado. Considerando a atual legislação, é <u>correto</u> afirmar que é permitida a construção de Comércio e Serviço aos lotes com frente para:

a) vias Locais e Coletoras A.
b) vias Locais e Coletoras B.
c) exceto nas vias Estruturais.
d) vias Coletoras A e Coletoras B.
e) somente nas Vias Arteriais.

8) Para a inclusão de pessoas com deficiência, as edificações são projetadas de maneira a garantir acessibilidade aos usuários, considerando os diversos tipos de limitações. Com base nas exigências apresentadas na legislação municipal, é <u>incorreto</u> afirmar:

a) a locação de imóveis que se destinem a abrigar órgãos públicos, estarão isentas de adequação à acessibilidade, devido as dificuldades de adaptação dos imóveis existentes.
b) as edificações novas ou existentes destinadas a abrigar eventos geradores de públicos deverão atender às normas da NBR-9050 da ABNT no que concerne à adequação da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.
c) as edificações de interesse cultural, integrantes da Listagem de Bens Culturais ou tombadas, deverão ter seus projetos de acessibilidade aprovados pelo órgão municipal de Patrimônio Cultural.
d) ao acesso às dependências destinadas ao público, a acessibilidade, deverá ser sinalizada e identificada pelo Símbolo Internacional de Acesso, definida através da NBR-9050 da ABNT.
e) todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e áreas privativas das edificações multifamiliar deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com necessidades especiais e deverão seguir as orientações previstas na NBR-9050 da ABNT.

9) De acordo com o Código de Obras, estão isentas da apresentação de Alvará de Execução, as seguintes obras, com a <u>exceção</u> de:

a) reparo nas calçadas dos logradouros públicos em geral, respeitando as normas estabelecidas para tanto.
b) obras de construção/instalação de antenas de comunicação.
c) limpeza ou pintura interna e externa de edifícios que não exijam a instalação de tapumes.
d) reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.
e) serviços em edificações em situação de risco iminente.

10) Em relação aos prazos estabelecidos na legislação, é <u>correto</u> afirmar:

a) a aceitação da consulta prévia de projeto terá validade de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do despacho de sua emissão, garantindo ao requerente o direito de solicitar aprovação, conforme a legislação vigente à época do protocolamento do pedido de consulta prévia, caso ocorra, nesse período, alteração na legislação pertinente.
b) a aprovação do projeto terá o prazo de validade de 2 (dois) anos, podendo ser revalidado a qualquer tempo, desde que esteja na vigência da lei da data de aprovação.
c) quando se tratar de obra paralisada por mais de 6 (seis) meses, o alvará deverá ser revalidado para a retomada das obras.
d) procedida a notificação, o requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar defesa contra a autuação, ou embargo, contados da data de seu recebimento.
e) caso seja comprovado, na defesa, o compromisso de regularização da infração, o órgão competente poderá conceder o prazo de até 6 (seis) meses para efetiva regularização, a contar da data da autuação.

11) Conforme a legislação vigente, "embargo" é o ato administrativo que determina a paralisação de uma obra. Será passível de embargo as seguintes situações, com <u>exceção</u> de:

a) ausência de adoção de medidas de proteção e segurança a trabalhadores, pedestres, propriedades vizinhas e vias públicas.
b) execução de obra e/ou serviço sem a apresentação de documento que comprove seu licenciamento pela autoridade competente.
c) obra previamente licenciada, com Alvará de Licença fornecido.
d) não paralisar obra por substituição ou transferência de responsabilidade.
e) modificação do perfil natural do terreno sem proteção, mesmo em obra previamente licenciada.

12) Em relação à Subdivisão e Anexação de data, é <u>correto</u> afirmar:

a) será permitida a anexação de datas com zoneamento residencial a outras de zoneamento distinto, a fim de preservar o zoneamento originário do entorno, sem restrição a quantidade de datas.
b) em caso de anexação de datas de zoneamento não residencial, a zona resultante deverá ser aquela que contenha o maior coeficiente de aproveitamento básico, segundo critério de comparação entre os coeficientes.
c) a averbação da subdivisão aprovada do lote em Cartório de Registro de Imóveis somente será permitida com a apresentação do Alvará de Construção emitido pelo órgão competente do Município.
d) é permitida a anexação de datas com zoneamentos diferentes quando uma ou mais datas possuírem natureza de Zoneamento Especial, desde que aprovado o Estudo de Impacto de Vizinhança.
e) para o caso de construção de casas agrupadas paralelas ao alinhamento, é permitida a subdivisão em lotes quando cada unidade resultante tiver as dimensões e áreas mínimas da data estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo previamente à aprovação do projeto e à emissão do alvará de licença para construção.

13) O Município, mediante requerimento do interessado, emitirá parecer sobre a Consulta Prévia de Viabilidade, contendo informações sobre:

I. o uso e ocupação do solo e os aspectos ambientais.
II. zoneamento.
III. dados necessários para o exercício das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços urbano.

Assinale a <u>correta</u>:

a) I e II estão incorretos.
b) I e III estão corretos.
c) III está incorreto.
d) II e III estão corretos.
e) I, II e III estão corretos.

14) Só serão fornecidos Alvarás de Licença de Localização para os seguintes estabelecimentos, <u>exceto</u>:

a) que permitam o consumo de bebidas alcoólicas no local, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil e de estabelecimentos de ensino fundamental, médio, superior ou cursos preparatórios.
b) que exploram jogos de bilhar ou quaisquer dos seus similares, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental, médio ou superior ou de bibliotecas públicas.
c) instituições de ensino de nível técnico ou de cursos profissionalizantes, se estas comprovarem estar regularmente inscritas no respectivo conselho e no órgão competente e devidamente autorizadas e credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação.
d) necrotérios, crematórios, casas de embalsamento e serviço de tanatopraxia, se instalados em edificações isoladas, e estiverem de acordo com a lei de uso e ocupação de solo urbano.
e) que exploram as atividades de jogos eletrônicos e similares, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas alcoólicas, desde que distem, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

15) A licença para localização e funcionamento de estabelecimentos - pessoa física ou jurídica - será expedida depois de cumpridas as disposições do Código de Posturas e procedida à juntada dos seguintes documentos, <u>exceto</u>:

a) licença sanitária, quando exigida pelo órgão municipal competente.
b) aprovação do plano de gerenciamento de resíduos, quando exigido pelo órgão municipal competente.
c) licenciamento ambiental, caso necessário.
d) certificado de vistoria do Fiscal de Posturas.
e) certificado de vistoria de conclusão de obra expedido pelo Município.

16) A abertura e o fechamento dos estabelecimentos de atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, localizados no Município, deverão se limitar aos horários determinados, no capítulo "Do Horário De Funcionamento Dos Estabelecimentos Localizados No Município" do Código de Posturas, de acordo com os grupos a que pertençam. Analise as afirmativas abaixo e assinale a <u>incorreta:</u>

a) *grupo 3*: composto pelas atividades do comércio varejista de alimentos e gêneros de primeira necessidade para atendimento local, localizados na área central e periférica: será livre para fixar o horário normal de funcionamento até as 22 horas todos os dias.
b) *grupo 4*: composto pelos bares, restaurantes e similares, boates, casas de shows e similares, diversões públicas, estabelecimentos religiosos e locais de cultos de qualquer natureza, clubes recreativos e serviços de hospedagens: todos os dias, 24 horas.
c) *grupo 5*: composto pelas atividades hospitalares, postos de saúde, clínicas médicas e similares, postos de combustíveis e farmácias: todos os dias, 24 horas.
d) *grupo 6*: composto pelos reparadores de veículos em geral, serralherias, marcenaria, serviço de metalurgia e indústrias que, por suas características, são consideradas atividades incômodas e ruidosas localizadas em zonas comerciais ou residenciais: de segunda a sábado, na faixa das 7 às 19 horas; e aos domingos e feriados, fechado.
e) *grupo 2*: composto pelas atividades dos prestadores de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, profissionais liberais e correlatos: todos os dias, durante 24 horas.

17) Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições do Código de Posturas ou de outras leis, resoluções ou atos baixados pelo Município no uso de seu poder de polícia. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, o proprietário do imóvel que permitir o seu uso de forma indevida ou em desvio de finalidade. Sempre que a infração for praticada por incapazes, na forma da lei, e os que forem comprovadamente coagidos a cometer a infração, a pena não recairá sobre:

a) os pais.
b) os avós, na falta dos pais.
c) o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz.
d) aquele que der causa à contravenção forçada.
e) tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor.

18) Qual das alternativas abaixo não necessita de licenciamento ambiental para a concessão ou renovação de Alvará de Licença para Localização?

a) Comércio de peças para veículos automotivos e assemelhados.
b) Oficinas mecânicas.
c) Estacionamentos.
d) Lava-rápidos que operam com serviços de limpeza, lavagem, lubrificação e manutenção.
e) Postos de abastecimento e serviços.

19) Nenhuma atividade de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas, privadas ou religiosas, poderá ser exercida no Município sem o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, concedido mediante requerimento dos interessados, com a apresentação dos documentos necessários e do pagamento dos tributos devidos, conforme regulamento. Qual das alternativas abaixo apresenta uma afirmação <u>correta</u>?

a) Permite-se a exploração de imagens e jogos de cunho sexual em estabelecimentos de aluguel de computadores, jogos eletrônicos ou estabelecimentos que disponibilizem equipamentos para o acesso ao público, desde que autorizado pelo poder público.
b) Será respeitado o direito adquirido dos estabelecimentos que, na data da sanção da Lei 11468/2011, possuírem Alvará de Licença para localização e funcionamento expedido pelo Município.

c) Todos os estabelecimentos deverão expor em local visível ao público em geral, bem como para fins de fiscalização, o Alvará de Licença para Localização e o Certificado de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros, devidamente atualizados.
d) Será permitida a exploração de atividades em geral, após as 22 horas e antes das 6 horas em prédios de uso misto.
e) Caso haja dois ou mais estabelecimentos situados no mesmo local, será exigido o Alvará de Licença de Funcionamento individual para cada estabelecimento.

20) Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários no âmbito do ITBI:

I. incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, e os casos de imunidade e não incidência.
II. a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.
III. quando decorrente da incorporação ou fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.
IV. transferência do patrimônio de pessoa jurídica para outra pessoa jurídica.
V. a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza.

Assinale a alternativa <u>correta</u>:

a) somente a I está correta.
b) somente a II e V estão corretas.
c) somente a II e IV estão corretas.
d) somente a III está correta.
e) todas estão corretas.

21) Não são consideradas sociedades de profissionais e devem recolher o imposto sobre o preço dos serviços prestados:

I. as que tenham natureza comercial.
II. cujos sócios tenham todos a mesma habilitação profissional e assumam responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.
III. os que não exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios.
IV. que tenham como sócio pessoa jurídica.

Assinale a alternativa <u>correta</u>:

a) todas estão corretas.
b) somente a IV está correta.
c) somente a I e IV estão corretas.
d) somente a I está correta.
e) nenhuma das alternativas anteriores.

22) A base de cálculo do ISS é o preço do serviço. Considera-se preço:

a) a receita bruta a ele correspondente, podendo ser deduzidos as subempreitadas, fretes, despesas ou imposto, exceto os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de obrigação condicional.
b) os valores percebidos pela prestação do serviço, exclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço.
c) os descontos ou abatimentos concedidos sob condição não podem integrar o preço do serviço quando previamente contratados.
d) tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.
e) a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, podendo ser deduzidos os descontos e abatimentos sob condição, as subempreitadas, as multas ou outros acréscimos que onerem o preço do serviço.

23) Qual é o fato gerador do IPTU?

a) A propriedade, a posse ou o domínio útil do imóvel, por acessão física ou por natureza como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.
b) A propriedade de imóvel edificado localizado em zona urbana do Município
c) A propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona rural do Município.
d) Tem como fato gerador a posse, a propriedade de imóvel, construído ou não, localizado dentro do Município.
e) Tem como fato gerado a propriedade, o domínio ou a posse de imóvel, construído, localizado em zona urbana do Município.

24) Considera-se como zona urbana a definida em Lei do Município, observado segundo o CTML:

a) a existência de pelo menos 3 (três) dos tipos de infraestrutura construídos ou mantidos pelo poder público, por exemplo: abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.
b) a existência de pelo menos 2 (dois) tipos de infraestrutura construídos ou mantidos pelo poder público, por exemplo: abastecimento de água; meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado, além das áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelo Município destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, e os sítios de recreio.
c) a existência de pelo menos 4(quatro) tipos de infraestrutura construídos ou mantidos pelo poder público e também as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, e somente os sítios de recreio localizados dentro da zona urbana, com infraestrutura mantidas ou construídas pelo município.
d) a existência de pelo menos 1 (um) tipo de infraestrutura construído ou mantido pelo poder público, por exemplo: abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.
e) qualquer lote urbano, desde que localizado dentro da extensão do Município de Londrina.

25) Qual é o fato gerador da taxa de vigilância sanitária?

a) Fiscalização e o controle permanente, efetivo ou potencial das atividades já licenciadas e decorrentes do exercício do poder de polícia do Município.
b) A fiscalização exercida sobre as condições sanitárias de determinados estabelecimentos, em observância à legislação que regulamenta a matéria.
c) A taxa de fiscalização de vigilância sanitária, tem poder de polícia, podendo ser cobrada em decorrência das normas regulamentadoras de segurança contra incêndio e das condições sanitárias dos estabelecimentos.
d) A fiscalização de atividade municipal de exame dos projetos, vigilância, controle, exercida sobe as condições fitossanitárias dos estabelecimentos comerciais.
e) A fiscalização exercida sobre as condições sanitárias de quaisquer estabelecimentos, em observância à legislação que regulamenta a matéria.